

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.501.126 - RS (2019/0133923-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE** : EDITORA ABRIL S.A  
**AGRAVANTE** : ABRIL COMUNICAÇÕES S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
**ADVOGADOS** : ALEXANDRE FIDALGO - SP172650  
ADRIANA DALLANORA - SP235431  
JULIANA AKEL DINIZ - SP241136  
ANA ROBERTA SANTOS GENARO - SP426628  
**AGRAVADO** : GUARANI FUTEBOL CLUBE  
**ADVOGADOS** : PAULO AUGUSTO DE MATHEUS - SP144183  
MILTON NOVOA VAZ - SP279855

### **EMENTA**

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PENHORA EM DINHEIRO. VERBA DE NATUREZA ALIMENTAR. REVISÃO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 07/STJ.*

*AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.*

### **DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por EDITORA ABRIL S.A e ABRIL COMUNICAÇÕES S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, em face da decisão que não admitiu o recurso especial, aviado pelas alíneas "a" e "c" do art. 105, III, da Constituição Federal, ao fundamento de incidência da Súmula 07/STJ (e-STJ fls. 379-383).

Em suas razões, infirmou especificamente as razões da decisão agravada (e-STJ fls. 388-400).

No recurso especial, a parte recorrente alega ofensa aos arts. 833, inciso IV, e 854, §3º, inciso I, ambos do Código de Processo Civil de 2015, sustentando, em síntese, que a natureza salarial resta caracterizada quando já concebida na esfera de disponibilidade econômica do empregado, razão pela qual a proteção desse instituto simplesmente não se aplica à pessoa jurídica do

# Superior Tribunal de Justiça

recorrido; bem como a ausência de comprovação do caráter salarial do valor bloqueado em contas do agravado. Aduz, pois, dissídio pretoriano.

É o relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, esclareço que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo Nº 3/STJ.

Ato contínuo, percebe-se que a irresignação não merece acolhida.

A parte recorrente, em sede de recurso especial, alega ofensa aos arts. 833, inciso IV, e 854, §3º, inciso I, ambos do Código de Processo Civil de 2015, sustentando, em síntese, que a natureza salarial resta caracterizada quando já concebida na esfera de disponibilidade econômica do empregado, razão pela qual a proteção desse instituto simplesmente não se aplica à pessoa jurídica do recorrido; bem como a ausência de comprovação do caráter salarial do valor bloqueado em contas do agravado. Aduz, pois, dissídio pretoriano.

O acórdão recorrido, por sua vez, assim assentou (e-STJ fls. 313-315):

*A prova favorece o acolhimento do pedido da executada, para ser liberado o valor penhorado. A importância constrita havia sido liberada pela egrégia Justiça do Trabalho para o pagamento de salários e verbas similares. Existe a necessidade de ser observada a solução conferida e valorizado o direito dos empregados. A verba foi considerada de natureza alimentar. O direito à penhora deve ceder neste momento. (...)*

*Ocorre que em face de elemento de prova seguro sobre a destinação do referido valor, merece ser observada a decisão judicial já proferida. A importância penhorada deve ser liberada para pagamento de folha de salário dos empregados da parte ré.*

*Note-se que a decisão veio da Justiça do Trabalho, a qual tem o cuidado com os direitos trabalhistas, tanto de empresa como do empregado.*

*Não parece razoável desconsiderar o provimento daquele órgão judicial. E por essa razão, o valor deve ficar livre de constrições pela Justiça Comum. (...)*

*Então, no caso em concreto, merece ser reconhecida a impenhorabilidade dos valores. Deve ser afastada a constrição sobre importância de dinheiro porque destinada ao pagamento*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*de salários.*

Com efeito, vislumbra-se que a irresignação da parte ora recorrente não merece guarida, uma vez que, elidir a conclusão do aresto impugnado de que a impenhorabilidade dos valores merece ser reconhecida, mormente em razão da existência de elemento de prova seguro sobre a destinação do referido valor, demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada nesta sede especial a teor da Súmula 07/STJ.

A propósito:

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENHORA DE VERBA SALARIAL. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA N. 83/STJ. APLICAÇÃO A RECURSO FUNDADO NA ALÍNEA "A" DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. NATUREZA JURÍDICA DO DÉBITO. SÚMULAS N. 282/STF E 7/STJ.**

*1. Não se conhece de recurso interposto contra acórdão em consonância com a orientação jurisprudencial predominante no STJ.*

*Incidência da Súmula n. 83/STJ, aplicável inclusive ao recurso especial fundado na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal.*

*2. É incabível a penhora de percentual de valores recebidos a título de subsídio, soldos, salários, remunerações, proventos de aposentadoria e pensões, entre outros, em virtude da natureza alimentar da verba. Aplicação do art. 649, IV, do CPC. Incidência da Súmula n. 83/STJ.*

*3. Aplica-se o óbice previsto na Súmula n. 282/STF quando as questões suscitadas no recurso não tenham sido debatidas nas instâncias de origem.*

*4. Rever o entendimento do Tribunal a quo acerca da natureza jurídica do débito executado demanda a incursão no acervo fático-probatório dos autos, o que é incabível ante o óbice da Súmula n. 7/STJ.*

*5. Agravo desprovido.*

**(EDcl no AREsp 677.135/DF, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 08/09/2015, DJe 15/09/2015) - g.n.**

**AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

**HONORÁRIOS. ILEGITIMIDADE ATIVA. PRECLUSÃO. IMPUGNAÇÃO. SÚMULA N. 283/STF. PENHORA DE RECEBÍVEIS. VERBA DE NATUREZA ALIMENTAR. REEXAME. SÚMULA N. 7/STJ. POSSIBILIDADE. NÃO PROVIMENTO.**

*1. A legitimidade ativa foi decidida anteriormente sem que haja notícia de recurso, de modo que a questão está preclusa, não tendo havido impugnação a respeito. Incidência do enunciado n. 283 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.*

*2. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ).*

*3. Agravo interno a que se nega provimento.*

**(AgInt nos EDcl no AREsp 1171417/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 11/09/2018) - g.n.**

Destarte, melhor sorte não socorre à parte agravante, inclusive quanto ao alegado dissídio jurisprudencial.

**Ante o exposto, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
Relator